

FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TEA

Ligia Maria Tavares Sampaio

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA. samapaiomt@gmail.com

Orientadora: Prof.^a M^a. Célia Jesus Silva Magalhães

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA. celiamagalhaes@urca.br

Resumo: Nossa proposta é discutir sobre a formação do professor na educação inclusiva com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sabemos que a educação inclusiva deve ser ofertada no ensino regular com o propósito de incluir o aluno com necessidades educativas especiais e para isso acontecer à escola deve ser adaptada ao aluno, de acordo com suas necessidades, sendo este um desafio. A partir dessa compreensão, investigaremos a formação do professor que tem importância basilar para que a inclusão aconteça, para que a aprendizagem seja possível na sala de aula e ocorra uma boa convivência no espaço escolar. A parceria do professor e “mediador” e as atividades adaptadas devem permear todo processo do ensino-aprendizagem. Como se dá a formação continuada dos professores? Quais são as condições do trabalho pedagógico dos professores na educação inclusiva? A metodologia é a bibliográfica, fazendo leituras e análises de pesquisa de autores como CUNHA (2011), MIRANDA & GALVÃO FILHO (2012), DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), BUENO (2009), colocando um pouco da nossa prática, no Grupo de Estudo na Universidade Regional do Cariri – URCA, no Projeto de leitura e inclusão e no projeto de alfabetização na AMA-Cariri, que são voltadas para a inclusão com ênfase de alunos com TEA. Os resultados apontam a necessidade de maiores investimentos na formação de professores voltados para inclusão, destacando os alunos com TEA, o professor é peça fundamental nesse processo e o uso do material pedagógico para atividades adaptadas dão novas esperanças à aprendizagem.

Palavras-chave: Formação. Professor. TEA.

Introdução

A proposta nesse trabalho é discutir sobre a formação do professor na educação inclusiva com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), no desenvolvimento de uma cultura e solidariedade, de aceitação das diferenças na escola que é direito de todos. A educação inclusiva deve ser ofertada no ensino regular com o propósito de incluir o aluno com necessidades educativas especiais, para isso acontecer à escola deve estar adaptada ao aluno de acordo com suas necessidades.

Inserem-se na área inclusiva crianças com TEA, o autismo é uma deficiência global do desenvolvimento, em que o autista apresenta dificuldades em interagir com outras pessoas, dificuldades de comunicação, interesse exagerado por algo e às vezes movimentos repetitivos sem necessidade de fazê-los.

A partir dessa compreensão, será investigada a formação do professor que tem importância basilar para que a inclusão aconteça e a aprendizagem seja possível na sala

de aula e ocorra uma boa convivência no espaço escolar. Não adianta o aluno autista apenas ser frequente na escola, tem que ocorrer a aprendizagem e a interação necessária no ambiente escolar.

Justificativa: Serão abordadas algumas questões que serão respondidas no decorrer da pesquisa: Como se dá a formação continuada dos professores? Quais são as condições do trabalho pedagógico dos professores na educação inclusiva?

Objetivo: Tendo em vista essa formação do professor perpassa a formação pedagógica o professor precisa ser capaz de entender as limitações do aluno autista, levando em conta a parceria com o “mediador” e as atividades adaptadas, que devem permear todo processo do ensino-aprendizagem.

Metodologia: Utilizada é a bibliográfica, fazendo leituras e análises de pesquisa de autores como CUNHA (2011), MIRANDA & GALVÃO FILHO (2012), DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), BUENO (2009), colocando um pouco da nossa prática, pois atualmente participamos de um Grupo de Estudo na Universidade Regional do Cariri – URCA, um Projeto de leitura na escola e inclusão: ações alternativas nas escolas e do projeto de alfabetização na AMA-Cariri, que são voltadas para a inclusão de alunos com TEA.

1. Formação continuada e inclusão

A formação continuada do professor tem na atualidade relevância para a sua atuação na escola inclusiva e especificamente na sala de aula, lugar por excelência para o ensino-aprendizagem. Com o advento da proposta para a inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais, essa formação docente passou a ter atenção mais cuidadosa por parte das instituições de educação e da própria política nacional de educação.

Bueno (2009) assevera que se o professor não tem uma orientação adequada ele não contribuirá para a inclusão, a teoria precisa ser colocada em prática, deve haver professores realmente preparados para o trabalho docente ou com uma formação continuada atualizada, buscando ampliar seus conhecimentos e desenvolver práticas específicas voltadas para o ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais.

A discussão é pertinente, tendo em vista que a escola agrega hoje classes heterogêneas e a legislação desde a Constituição Federal de 1988, a LDB 9.394/96, Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015)

esclarecem que tais procedimentos educacionais devem ser praticados em todas as Instituições educativas do país, da educação infantil até o ensino superior, sendo, portanto, a formação do professor o ponto essencial.

Neste trabalho o foco é a formação continuada, porém sabe - se que a educação inicial tem grande impacto na profissão do professor, em contrapartida sabe - se que as ementas e os planos das disciplinas contemplam poucos assuntos ligados à educação inclusiva. Daí a importância da educação continuada, que se constitui em cursos de extensão e de formação pedagógica colaboraram de forma positiva, com os conhecimentos necessários às demandas inclusivas.

A linha mestra para a formação do professor perpassa a sua formação inicial e que infelizmente as grades curriculares das Universidades não acompanham essa formação, tendo em vista que cada tipo de deficiência, transtorno ou síndrome possuem suas particularidades e exigem conhecimento específicos do profissional e uma disciplina de quatro créditos não contempla essa gama de conhecimentos necessários à essa formação direcionada para várias deficiências.

No que tange as características da pessoa com TEA, de acordo com Cunha (2013), apresentam ainda dificuldade de falar, não mantém o contato visual, interesse compulsivo por algo, hiperatividade, retrair-se e ficar isolado, sensibilidade ao barulho, dificuldade na aprendizagem, ecolalias e irritação quando sua vontade é contrariada e não aceitação na mudança de rotinas.

Todos os alunos com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência, têm o direito à inclusão no ensino regular e/ou ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), e os professores têm direito a uma formação continuada, que possam lhe ajudar com orientações pedagógicas para o sucesso dessas crianças.

1.1. Formação do professor e TEA

Levando em consideração o foco da discussão, a lei que dá suporte às pessoas com Transtorno do Espectro Autista é a Lei 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e o Decreto 8.368/2014 que regulamenta a referida Lei. O seu artigo 4º traz de forma contundente a questão da educação:

“É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo garantido a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior” (LEI 12.764/2012).

Assim, percebe - se que embora a Lei garanta a inclusão, é necessário que o professor tenha preparo intelectual e profissional, porque sem essa formação é impossível a inclusão acontecer, somando-se a isso um trabalho de conscientização na escola e na comunidade, buscando-se mecanismos junto às autoridades competentes para a efetivação da política de inclusão.

A atuação do professor é imprescindível para que a política de inclusão entre nas escolas de forma a proporcionar condições de igualdade entre todos os alunos. É de suma importância que as famílias sintam segurança ao entregar seus filhos numa Instituição educativa, mesmo sabendo que ainda há muito que corrigir realizar, desenvolver no que tange a inclusão de alunos com TEA.

Nos argumentos apresentados por Cunha, destaca-se:

É fundamental pensar na escola como locus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres (CUNHA, 2013, p.19).

Mas não é sempre que isso de fato acontece, não são todas as Escolas que possuem condições para proporcionar mudanças na vida do aluno, desta formar, propõe-se, no entanto, uma formação continuada na rede de ensino pública ou particular, como cursos de aperfeiçoamento de curta duração ou especializações lato sensu, que geralmente são mais acessíveis (levando em conta que os calendários são previstos para um final de semana por mês) e podem ser organizadas em cada município.

Muitos professores não estão preparados para assumir essa responsabilidade ou temem assumir, há aqueles que realmente vão à busca de aperfeiçoamento para melhorar o ensino e outros se acomodam.

As escolas que apresentam turmas com número elevado de alunos, sem recursos para investir em material pedagógico, tem como consequências um ensino defasado, por falta de condições favoráveis ao trabalho pedagógico e falta de adaptações necessárias

para receber os alunos.

A Declaração de Salamanca (1994), afirma que o fator chave para o sucesso de escolas inclusivas é que todos os educadores tenham preparação apropriada. Além disso, recomenda - se que os professores na formação inicial recebam orientação para entender o processo de inclusão, adquirindo a capacidade de avaliar as necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, capacidade de recorrer às tecnologias, individualização de procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais.

Os professores precisam ter conhecimentos básicos, para saber como incluir esse aluno em sala de aula, como adaptar os materiais pedagógicos, os conteúdos dos livros didáticos e ter orientações corretas para direcionar o seu trabalho docente na sala de aula.

Não adianta matricular o aluno no ensino regular e a gestão escolar não ter preparo nenhum para receber esse aluno, porque dessa forma ao invés do processo inclusivo acontecer, a escola estará realizando a exclusão, por falta de condições necessárias para esse aluno ser incluído, respeitando as diferenças.

Foi citado nesse trabalho um profissional que auxilia o professor em sala de aula, o mediador, que estará presente para ajudar no trabalho pedagógico no dia-a-dia da sala de aula, com o objetivo de adaptar as atividades e conteúdos estudados e também para auxiliar o aluno nas suas dificuldades. Para isso precisa estar preparado para saber como preparar e como serão feitas essas atividades adaptadas. O mediador possui função relevante para o acompanhamento e aprendizado do aluno com autismo, sendo também um amigo do aluno e do professor. Porém vale ressaltar que esse profissional precisa ouvir as orientações do professor, ele não pode tomar decisões sozinho. Como afirma o psiquiatra Gustavo Teixeira (2013), citado por Miranda & Galvão (2012) o mediador é o profissional de extrema importância, uma vez que o mesmo fará a união entre a escola, família e a educação.

Quando todos trabalham em equipe o resultado é diferente, é necessário que o educador busque ir além das paredes da escola, procurando novos conhecimentos para novos desafios.

2. Material Pedagógico:

Sobre o material pedagógico, pode-se afirmar que possui uma infinidade de propostas, em contrapartida a escola não tem esse material, não confecciona e os professores não dispõem dos mesmos, como também encontram dificuldades em confeccioná-los alegando a falta de tempo. Podemos dizer que o material pedagógico é uma ferramenta necessária na sala de aula e o professor precisa de criatividade para adaptar algumas atividades a partir do momento que percebe a dificuldade do aluno ao trabalhar exercícios do livro didático que não estão claras para a sua compreensão de aprendiz.

Acrescentamos que essas adaptações didáticas ajudam no processo de aprendizagem do aluno com autismo, porém precisam corresponder ao nível de dificuldades desse aluno. Essas atividades trazem resultados satisfatórios na aprendizagem, evita irritações comportamentais que prejudicam o processo. Muitos desses materiais podem ser produzidos pelos professores ou pela coordenação pedagógica, procurando saber primeiro das necessidades de cada aluno, contextualizando com o conteúdo estudado.

Silva e Almeida (2012) ao se referir as estratégias pedagógicas, afirma que elas ampliam o acesso do aluno a linguagem, de forma que proporciona “o repertório comunicativo” com atividades do dia-a-dia, com visto a autonomia, respeitando os aspectos motor, cognitivo e afetivo.

Trabalhar a socialização em grupo de forma a incluir as atividades diversas como: tipo de jogos educativos, colagem, materiais plastificados com velcro, atividades que estimulem a fala, levando em conta que alguns se comunicam verbal ou não verbal, propor métodos que ajudem nesse desenvolvimento onde haja interação do aluno com o professor, havendo a compreensão comunicativa e uma aprendizagem satisfatória, atingindo os objetivos propostos pelo plano de aula.

Profissionais que se especializam para trabalhar com método ABA¹ que é observar, analisar, explicar e o comportamento, o PECS² que pode ajudar na comunicação através de imagens para estimular a fala através do que eles estão vendo, podem conseguir resultados positivos no fazer pedagógico e na aprendizagem.

¹- Análise do comportamento aplicada;

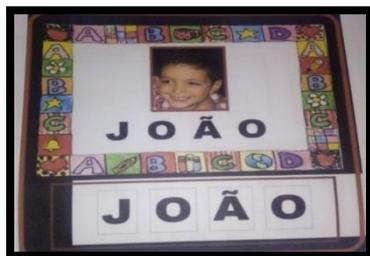
²- Sistema de comunicação por troca de imagens;

Não se pode rotular uma criança porque cada uma tem seu tempo de aprendizagem, mas deve – se buscar estimular e encorajar, procurando sempre recursos pedagógicos diferenciados, sabendo que todos são capazes de aprender.

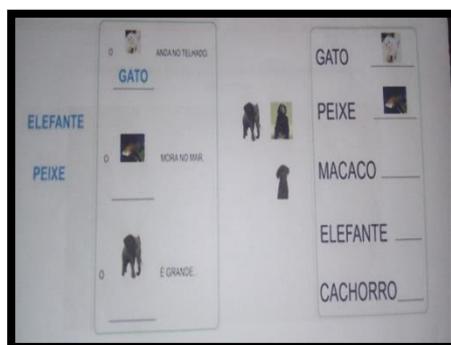
Segundo Antunha (2004) o ambiente lúdico do jogo é um espaço privilegiado para a promoção da aprendizagem. Nele o participante enfrenta desafios, testa limites, soluciona problemas e formula hipóteses.

Seguem algumas sugestões de materiais pedagógicos que podem ser utilizados na sala de aula de alunos com TEA e tem dado bons resultados nos espaços escolares da AMA-Cariri³ e nas escolas da rede municipal de Missão Velha-CE:

Trabalhando o nome da criança de maneira lúdica e que geralmente surte efeito na aprendizagem. Usando material simples, conseguimos chamar a atenção da criança que aprender não é difícil.

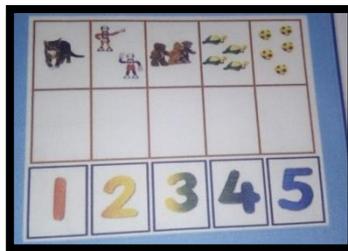
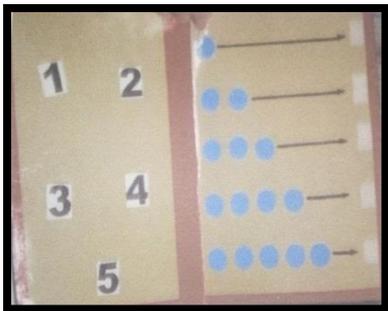


Utilizando o quebra-cabeça para trabalhar o alfabeto reconhecimento das letras, a escrita e a leitura através da imagem.



³ -Associação de Pais, Amigos e Profissionais dos Autistas do Cariri.

Trabalhar com material concreto e lúdico, relação número/ quantidade.



Trabalhar a percepção tátil para eles sentirem



CONCLUSÃO

Devemos buscar na nossa prática pedagógica, melhorias na aprendizagem para nosso aluno com deficiência, estudar e aprender novas estratégias de ensino, confeccionar material adaptado, agregar inovações pedagógicas dentro de sala de aula, tanto de ensino-aprendizagem como de interação, brincadeiras educativas, utilizando o lúdico e participando e promovendo eventos comemorativos.

No caso dos alunos com TEA, que é o nosso foco, precisamos buscar nas Instituições formativas cursos de formação de curta duração, para auxiliar nas ações pedagógicas dos professores e dos mediadores, para diminuir a distância entre as práticas inclusivas e a aprendizagem.

Sabemos que as reformas ocorridas nas políticas públicas de educação no Brasil nos últimos anos deram ênfase ao exercício docente no que tange á formação e as práticas de ensino, na perspectiva de uma educação inclusiva e para a diversidade. Isso reforça a nossa defesa em argumentar a importância da formação do professor para os desafios da inclusão, porém a escola ainda tem dificuldades em cumprir esse desafio e o professor permanece na maioria das vezes acomodado na hora de incorporar novas práticas inclusivas em sala de aula.

Educar e aprender com TEA é constituir uma relação dialógica; que pressupõe um jeito diferente de ensinar e de aprender, usando novas práticas docentes, estratégias, instrumentos que auxiliam na superação das dificuldades que engessam muitos profissionais, trazendo sérios comprometimentos ao ensino-aprendizagem das pessoas com TEA e prejudicando uma geração que precisa ser inserida no mundo do conhecimento e da aprendizagem.

REFÊRENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC. 1996.

BRASIL. 2012. Lei nº 12.764/12- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BUENO J.G. S **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, 2009 (7-25).

Disponível:

http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf

Acesso 28 agosto 2018

CUNHA, Eugênio; **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2011.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

Declarações de Salamanca e enquadramento da ação: na área das necessidades educativas especiais. Ed- 94/ws/18.

Disponível:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjZ6ZTnzrnUAhVEGpAKHRLYC9UQFgggMAE&url=http%3A%2F%2Fredeincl.usao.web.ua.pt%2Fdocstation%2Fcom_docstation%2F19%2Ffl_9.pdf&usg=AFQjCNF9kw-AZGkYX-jmXT2CKs9p48ZBfA&sig2=MPg9wLXf3i2--mcmpadmvgg

Acesso. 20 agosto 2018

SILVA, Sandra Francisca da; ALMEIDA, Amélia Leite de. **Atendimento Educacional Especializado para aluno com autismo: desafios e possibilidades**. Intl. J. of Knowl. Eng., Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 62 – 88, 2012.

Disponível: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJKEM/article/view/1923/2198>

Acesso 03 setembro de 2018.